

229
*

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/GELIC/2014

(EXPEDIENTE Nº 000108-12.00/13-5)

O Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Segurança Pública, por meio do **GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – GELIC**, e intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria SSP nº 078, de 05 de junho de 2014, torna público que, conforme autorizações contidas no expediente nº 000108-12.00/13-5, realizará licitação por meio da utilização de recursos de tecnologia da informática – INTERNET na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/GELIC/2014, TIPO MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**. A presente licitação reger-se-á pela Lei Estadual 13.191, de 30 de junho de 2009, aplica-se subsidiariamente aos procedimentos os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamento pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e no Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005; Lei Estadual 13.706, de 06 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual 48.160 de 14 de julho de 2011; Lei Estadual nº 11.389, de 21 de novembro de 1999, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003, pelo Decreto Estadual nº 42.020, de 16 de dezembro de 2002, Decreto Estadual nº 42.434, de 09 de setembro de 2003, Decreto Estadual 43.295, de 18 de agosto de 2004, Decreto Estadual nº 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual nº 51.503, de 21 de maio de 2014, e legislação pertinente, com alterações, pelas condições previstas neste Edital e seus anexos, mediante as seguintes condições:

DATA: 12/11/2014

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h do dia 12 de novembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h05min do dia 12 de novembro de 2014.

LOTE 01: Contratação de empresa especializada em telefonia para prestação de serviço denominado DDG – 0800, na Secretaria da Segurança Pública/RS, conforme as especificações técnicas mínimas e quantidades do(s) Anexo(s) III.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: das 10h às 10h05min do dia 12 de novembro de 2014.

LOCAL DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO: **GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Rua Voluntário da Pátria nº 1358, 8º andar, sala 807, Bairro Floresta, Porto Alegre, RS.

LOCAL: www.compras.rs.gov.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

E-mail: gelic@ssp.rs.gov.br

Fone/Fax: (0xx51) 3288-1958 / 3288-1973

REFERÊNCIA DE TEMPO:

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação visa à contratação de empresa especializada em telefonia para prestação de serviço denominado DDG – 0800, na Secretaria da Segurança Pública/RS, conforme as especificações técnicas mínimas e quantidades do(s) Anexo(s) III.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas **cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação**, que estiverem **credenciadas junto a Seção de Cadastro da CELIC** e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta licitação, empresas enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

2.2.1. suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública Estadual;

2.2.2. sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

2.2.3. que, direta ou indiretamente, mantenham sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

2.2.4. cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes, conforme Decreto estadual 48.705, de 16 de dezembro de 2011.

2.2.5. declaradas inidôneas em qualquer esfera do governo.

2.3. Não será permitida a participação sob forma de consórcio.

2.4. É vedada a subcontratação.

2.5. É permitida a participação de empresas estrangeiras desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.6. O licitante, para participar do certame, deverá declarar em campo eletrônico o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.6.1. O não-atendimento do item acima ensejará a **desclassificação da proposta** no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.

2.7. A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores unitários e totais, exclusivamente por meio eletrônico.

2.8. **A informação de dados para acesso deve ser feita na página inicial www.compras.rs.gov.br.**

3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. Os licitantes que declararem, eletronicamente, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, o enquadramento social que trata este item, devidamente comprovado

conforme estabelece este instrumento, terão tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da microempresa e/ou de empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior a proposta de menor preço apurada no certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.

3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor lance.

3.6. No caso de não adjudicação ou de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte serão convocadas as empresas remanescentes, de mesmo enquadramento social, na ordem classificatória, para o exercício de mesmo direito, que se encontrem na situação de empate. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento social, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa originalmente vencedora.

3.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal, **sob pena de desclassificação.**

3.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal tem assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da declaração de vencedor da licitação, para apresentar ao GELIC/SSP as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total da proposta, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

4. DA IMPUGNAÇÃO

4.1. Concernente ao art. 18 da Lei nº 13.191/09, decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, perante a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA** do Rio Grande do Sul, aquele que não se manifestar em até **02 (dois) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram.

4.2. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não se caracterizará como recurso, recebendo tratamento como mera informação.

4.3. A impugnação deverá ser respondida no prazo máximo de até 24 horas.

4.4. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, nos termos dos §2º e §3º, do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5. Acolhida a impugnação da licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Quaisquer informações complementares e esclarecimentos relativos ao Edital ou ao processo licitatório deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

232
*

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. A empresa interessada em participar como licitante deverá protocolar a documentação acompanhada do pedido de credenciamento junto à Seção de Cadastro da CELIC/RS, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis** da data aprazada para a abertura da sessão pública.

6.1.1. O credenciamento do licitante será efetuado através do preenchimento de formulário eletrônico disponível no site www.CELIC.rs.gov.br.

6.2. Para a liberação da senha eletrônica serão adotados os seguintes critérios:

6.2.1. Caso o licitante não tenha registro cadastral deverá encaminhar ao órgão credenciador os seguintes documentos:

6.2.1.1. Cópia do Contrato Social ou Estatuto Social;

6.2.1.2. Cópia dos documentos dos sócios;

6.2.1.3. Cópia do CNPJ da empresa;

6.2.1.4. Cópia dos comprovantes de residência dos sócios e de localização da empresa;

6.2.1.5. Cópia do CPF, da carteira de identidade e do comprovante de residência do representante da empresa registrado na sua solicitação de cadastro;

6.2.1.6. Termo de liberação de senha eletrônica assinado;

6.2.1.7. Deverão ser comprovados os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso não seja comprovado no Contrato Social ou Estatuto Social.

6.3. Para liberação da senha eletrônica ou renovação, a empresa licitante já cadastrada, deverá apresentar os seguintes documentos:

6.3.1. Cópia do CPF, da carteira de identidade e do comprovante de residência do representante da empresa registrado na solicitação do credenciamento;

6.3.2. Termo de liberação de senha eletrônica assinado;

6.3.3. Deverão ser comprovados os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa, caso não seja comprovado no Contrato Social ou Estatuto Social.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PROCERGS** ou a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à **Seção de Cadastro/CELIC**, para imediato bloqueio de acesso.

6.7. No caso de renovação de senha ou de troca de usuário, a licitante deverá fazer a solicitação na Seção de Cadastro/CELIC até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data de abertura da sessão do Pregão.

7. DA PROPOSTA

7.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. A partir das 10 horas do dia da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, poderão ser anexadas as **PROPOSTAS INICIAIS DE PREÇOS**, exclusivamente em formulário eletrônico específico, devendo apresentar o **valor mensal** para a prestação dos serviços.

7.4. A PROPOSTA INICIAL DE PREÇOS deve ser **redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas**, e apresentar:

a) descrição detalhada do objeto da licitação;

233
*

b) indicação do valor em moeda corrente nacional, com **valor mensal por lote**. Caso haja diferença entre os valores expressos em algarismo e por extenso, considerar-se-á o último;

c) **prazo de validade da proposta**, o qual não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos** a contar da data da sua apresentação. Na falta de indicação expressa em contrário, esse será o prazo considerado.

7.5. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no Edital.

7.6. Apenas os licitantes que previamente manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e do atendimento às exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no Edital, e, ainda, se estão ou não enquadrados como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), poderão participar das fases subseqüentes deste certame.

7.7. O não atendimento do item acima ensejará a **desclassificação da proposta** no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.

7.8. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.9. Após a abertura da sessão não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.10. As empresas enquadradas no inciso CXX, artigo 9º, Livro I, do Decreto Estadual nº 37.699, de 26 de agosto de 1997, deverão indicar na proposta que são beneficiárias da isenção e apresentar as propostas com valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS, para os itens respectivos do Edital.

7.11. A proposta deverá considerar a execução dos serviços na forma, locais e horários indicados.

7.12. O licitante que obtiver o menor valor apresentará sua PROPOSTA FINAL, **assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas**, contendo os seguintes itens:

a) orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, devidamente corrigidos após o encerramento dos lances;

b) **prazo de validade da proposta** de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão do pregão. Se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias;

c) **declaração do licitante contendo os preços de forma completa, computando todos os custos necessários para o atendimento dos itens do objeto desta licitação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.**

7.13. Se, na proposta, não constar o subitem 7.12, alínea b), subentende-se que a proponente aceita as condições do Edital.

7.14. Para fins de julgamento e classificação, as cooperativas de trabalho deverão apresentar sua proposta acrescida de 15% (quinze por cento) face ao disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, que dispõe sobre contribuição previdenciária. Em sendo vencedora do certame Cooperativa de Trabalho, a contratação será pelo valor da proposta apresentada subtraído o percentual de 15%, tendo em vista que esse valor deverá ser recolhido pela contratante a título de contribuição à seguridade social.

7.15. Encerrada a sessão pública virtual, a **licitante habilitada** deverá encaminhar: a Proposta Comercial Final devidamente readequada, a Tabela de Preço e Quantidade Estimada de Utilização do Serviço e o Atestado de Visita via sistema www.compras.rs.gov.br, pelos links "Proposta Final" ou "Planilha de Custo", **até as 18 horas do dia útil posterior à habilitação.**

7.15.1 O Atestado de Visita é a comprovação de que o licitante visitou o local designado, com pleno conhecimento da área para a realização dos serviços objeto do certame, devidamente assinado pelo servidor responsável, conforme Anexo V do Edital.

7.16. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos; **o não-atendimento a quaisquer das exigências acima implicará na desclassificação da proposta.**

7.17. Informações dos dados para acesso podem ser obtidas na página inicial do site www.compras.rs.gov.br.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital.

8.2. Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços com valores expressos na moeda oficial do Brasil, exclusivamente por meio eletrônico.

8.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

8.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. As informações das propostas classificadas, contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

8.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

8.7. Classificadas as propostas, dar-se-á início a etapa competitiva, onde será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

8.8. O valor do percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do pregoeiro.

8.9. Serão aceitos lances com valores inferiores ao último lance ofertado, devidamente registrados no sistema, conforme prevê o Decreto Estadual nº 45.744/2008.

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, depois de transcorrido o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13. Facultativamente, o pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.15. No caso de desconexão com pregoeiro no decorrer da etapa competitivas do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, **sem prejuízos dos atos realizados.**

235
#

8.16. No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, via endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. As propostas dos licitantes, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital, serão julgadas pelo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE, respeitados os valores unitários dos itens que compõem o lote, e classificadas pela ordem crescente dos preços propostos.

10 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante.

10.2. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou recusar-se a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nesta etapa, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

10.3. As concorrentes remanescentes convocadas ficam obrigadas a atender a convocação e a assinar o contrato respectivo no prazo fixado pelo GELIC/SSP, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.

10.4. Será declarado vencedor o licitante que atender as exigências deste Instrumento e que for detentor do lance de melhor preço, ofertado eletronicamente.

10.5. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para fins de habilitação, consoante o art. 25 da Lei n.º 13.191/09, após solicitação do pregoeiro, o autor da melhor proposta deverá encaminhar via sistema www.compras.rs.gov.br, pelo link "habilitação", no campo próprio para documentos de habilitação, **no prazo máximo de 01 (uma) hora depois de encerrada a disputa**, os seguintes documentos, válidos no dia da abertura da sessão pública:

11.1.1. Certificado de Fornecedor do Estado – CFE, fornecido pela CELIC/RS, na família(s) **-112 e anexo**, comprovando registro na família correspondente indicada no Edital de licitação **e os documentos referidos nos subitens: 11.1.1.3, 11.1.1.5 e 11.1.1.6, ou os documentos abaixo relacionados.** Caso as certidões do CFE estejam vencidas, o licitante deverá juntar a(s) correspondente(s) certidão(ões) dentro do prazo de validade.

11.1.1.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) registro na junta comercial, para empresa individual e/ou;
- b) ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº. 6.404/76 ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e/ou;
- c) prova de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício e/ou;
- d) decreto de autorização, em que se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.1.2. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, mediante a apresentação do Cartão (CNPJ);
- b) inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, emitido na jurisdição fiscal da sede do requerente;
- e) prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND-INSS), emitidos na jurisdição fiscal do requerente;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR) regulamentada pela Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

11.1.1.3. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Prova de qualificação técnica, mediante a apresentação de comprovação de aptidão para prestação de serviço pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestado(s) emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente.
- b) **Declaração**, em papel timbrado do licitante, **de que possui suporte técnico/administrativo, aparelhamento, instalações e condições adequadas, bem como pessoal qualificado e treinado**, disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação.

11.1.1.4. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes, emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE (Instrução Normativa CAGE nº. 2/96, de 22 de Agosto de 1996) ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, acompanhado do Anexo II – Análise Contábil da Capacidade Financeira da Licitante – ACF, preenchida nos termos do Decreto Estadual nº. 36.601 de 10 de abril de 1996, disponível no site www.sefaz.rs.gov.br.
- b) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta comercial;

11.1.1.5. Declaração firmada pelo responsável da própria empresa licitante de cumprimento ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002.

11.1.1.6. Declaração, sob as penalidades legais, de inexistência de fato impeditivo de habilitação ocorrido supervenientemente a sua inscrição no cadastro apresentado, ou à última atualização da sua documentação junto a tal cadastro,

obrigando-se a declarar qualquer ocorrência, conforme dispõe o § 2º do Art. 32 da Lei Federal nº 8666/93.

11.2. Deverá ser apresentada cópia do enquadramento de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparadas, juntamente com a documentação de habilitação no sistema conforme está previsto no subitem 11.1, autenticada pela Junta Comercial ou Cartório de Registros Especiais, comprovando condição de ME ou EPP ou equiparadas, uma vez que a sua falta culminará na não-aplicação dos benefícios inclusos na Lei Estadual 13.706, de 06 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual 48.160 de 14 de julho de 2011.

11.2.1 No julgamento de documentos apresentados por microempresa ou empresa de pequeno porte, serão seguidos os critérios estabelecidos na Lei Estadual 13.706, de 06 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual 48.160 de 14 de julho de 2011.

11.3. Encerrada a sessão pública virtual, após a empresa ser habilitada no sistema, o licitante detentor da melhor oferta deverá encaminhar os originais ou cópias autenticadas: da Proposta comercial Final devidamente readequada, dos documentos previstos no item 11 - DA HABILITAÇÃO, da Planilha de Custos e Formação de Preços, do Atestado de Visita, bem como o Anexo II no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**.

11.4. Na falta de consignação do prazo de validade nos documentos referentes à habilitação serão eles havidos por válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

11.5. As Sociedades Cooperativas, além de atenderem às exigências supracitadas, **listadas no subitem 11.1**, deverão encaminhar via sistema www.compras.rs.gov.br, link “**habilitação**”, no prazo previsto no **subitem 11.1** em originais ou cópias autenticadas, a documentação abaixo relacionada:

11.5.1 regimento interno (com a ata da assembléia que o aprovou);

11.5.2 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata da assembléia que o aprovou);

11.5.3 editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias (para comprovação da representatividade dos dirigentes e conselheiros da cooperativa);

11.5.4 registro de presença dos cooperados em assembléias gerais, com nome e assinatura dos mesmos;

11.5.5 ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

11.5.6 estatuto social com ata de assembléia de aprovação, conforme a Lei nº 5.764/71, que comprove que a cooperativa tem como objetivo a prestação de serviços exigidos nesta licitação, e, ainda que a mesma dispõe de associados (cooperados) em quantidade e com qualificação profissional conforme solicitado;

11.5.7 relação de todos os associados com certidão de regularidade previdenciária dos mesmos ou guia de recolhimento da previdência social (GRPS), sendo que o objeto da licitação deverá ser prestado, no caso de cooperativa vencedora, por cooperativado integrante da lista referida, discriminando e comprovando a data de ingresso, destes na cooperativa.

11.6. Os documentos de habilitação, constantes dos arts. 27 a 33 da Lei Federal n.º 8.666/93, exigidos para o cadastramento de fornecedores e emissão do CFE, consoante faculta o art. 34 da mesma lei, estão descritos no site www.celics.rs.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Seção de Cadastro telefones: (51) 3288-1165, (51) 3288-1163, (51) 3288-1584 e (51) 3288-1583, ou pelos e-mails: secad@sarh.rs.gov.br, cadastro@sarh.rs.gov.br.

12. DA ADJUDICAÇÃO

12.1. O objeto será adjudicado pelo pregoeiro, após consulta e verificação de inexistência de inscrição no CADIN/RS (Lei Estadual nº 10.697/96, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.888/96) e CFIL (Lei Estadual nº 11.389/99, regulamentada pelo Decreto nº 42.250/03) quando não houver recurso.

12.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, após consulta e verificação de inexistência de inscrição no CADIN/RS (Lei Estadual nº 10.697/96, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.888/96) e CFIL (Lei Estadual nº 11.389/99, regulamentada pelo Decreto nº 42.250/03), a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos será aplicada ao licitante ou ao contratado, sem prejuízo das multas previstas em contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) não apresentação dos documentos exigidos para o certame, no todo ou em parte;
- b) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- c) recusa em manter a proposta, observado o prazo da sua validade;
- d) recusa injustificada em assinar o termo de contrato ou em retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- e) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do pregão;
- f) cometimento de falhas ou fraudes na execução do contrato;
- g) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- h) prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública;

13.2. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta ao Secretário da Segurança Pública, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 42.250, de 19 de maio de 2003.

14. DOS RECURSOS

14.1. Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema.

14.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.3. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso.

14.5. Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

14.6. A petição de recurso, bem como os memoriais dirigidos à autoridade competente deverão ser fundamentados e encaminhados somente por meio eletrônico no sistema www.compras.rs.gov.br.

14.7. Os recursos interpostos com objetivos protelatórios ou outros que não sejam pertinentes ao direito dos LICITANTES e ao interesse público serão considerados como ato de **perturbação do processo licitatório**, sendo, neste caso objeto de representação por parte do SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA ao Ministério Público, instrumentalizando-o para oferecimento de denúncia ao Poder Judiciário, por infração ao artigo 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.

15.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

15.3. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

15.5. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior:

a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

d) os Proponentes intimados para quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, **sob pena de desclassificação /inabilitação**.

15.6. Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance virtual;

15.7. Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato da assinatura, ou venha recusar-se a celebrá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se a **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;

15.8. Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão e o disposto nos subitens 10.2 e 10.5, devendo o(s) convocado(s) apresentar(em) os documentos de habilitação, tal qual previsto nos subitens 11.1 a 11.6, válidos na data em que forem solicitados pelo pregoeiro, no sistema eletrônico.

15.9. O não-atendimento das especificações técnicas e demais condições previstas no Edital, ensejará a **desclassificação da proposta**, reservando-se à **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, o direito de convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.

15.10. Os concorrentes remanescentes convocados na forma do subitem 15.8. se obrigam a atender a convocação e a assinar o contrato respectivo, no prazo fixado pela **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação;

15.11. O licitante vencedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinatura do termo de contrato ou, sendo o caso, retirar a autorização de fornecimento;

15.11.1 A CONTRATADA deverá prestar, para assinatura do contrato, garantia por uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado;

15.11.2 O licitante vencedor que, chamado a assinar o contrato ou a retirar a Nota de Empenho, não comparecer no prazo citado no subitem **15.11**, ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta adjudicada;

15.12. Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação poderão ser solicitados através do Portal de Compras do Estado do Rio Grande do Sul.

240
*

15.13. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro.

15.14. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo pregoeiro.

16. DOS ANEXOS

Fazem parte deste Edital, como anexos:

Anexo I	Minuta do Termo de Contrato;
Anexo II	Dados para Elaboração do Contrato;
Anexo III	Especificações Técnicas;
Anexo IV	Tabela de Preço e Quantidade Estimada de Utilização do Serviço,
Anexo V	Atestado de Visita.

Pregoeiro

HENRIQUE LYKAWKA

Id Func. 2711559

Equipe de Apoio:

ANA PAULA PEREIRA VIEIRA
SAIONARA DE OLIVEIRA

Id Func. 3077748
Id Func. 2274965

Porto Alegre, RS, 29 de outubro de 2014.


Del. Pol. ELISÂNGELA PICCOLI DE BASTIANI,
COORDENADORA DO GELIC/SSP.

241
#**ANEXO I****TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL Nº .../2014.**

Contrato celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do(a) (órgão), ... (ou entidade), sito no(a) ... (endereço), representado neste ato pelo (nome do representante), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa (pessoa jurídica), sito no(a) (endereço), inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº (nº do CNPJ), representada neste ato por (representante do contratado), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº (nº do CPF), doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo nº 000108-12.00/13-5, de **Pregão Eletrônico Tipo Menor Preço Total por Lote nº 210/GELIC/2014**, que é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, e pelas condições previstas neste contrato, no Edital e nos seus anexos, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em telefonia para prestação de serviço denominado DDG – 0800, na Secretaria da Segurança Pública/RS, conforme as especificações técnicas mínimas e quantidades do(s) Anexo(s) III e da proposta vencedora do certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 À CONTRATADA caberá:

2.1.1 A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela **CONTRATADA**, na forma especificada nos Anexo(s) III – Especificações Técnicas, Proposta da empresa vencedora do certame e demais cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de R\$ (.....) **mensais**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo **CONTRATANTE**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

4.1.1 Unidade Orçamentária: 12.01 / 12.60

4.1.2 Projeto/Atividade: 6376 / 8018

4.1.3 Natureza da Despesa: 3.3.90.39.3979

4.1.4 Recurso: 0001 / 8008

4.1.5 Nota de Empenho nº _____ Data _____

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1 Os preços do presente contrato serão reajustados da seguinte forma:

5.1.1 Os preços do presente contrato serão reajustados pelo Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (Resolução 532/2009), ou índice que vier a sucedê-lo, desde que a **CONTRATADA** manifeste interesse no reajuste.

5.1.2 O reajuste dos preços ocorrerá a cada 12 (doze) meses da contratação, desde que o contrato tenha sido prorrogado, tomando-se como data-base a data de assinatura do contrato

e observando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, correspondente ao período de reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento serão efetuados, em até 30 (trinta) dias da data da protocolização da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura emitida com o CNPJ da contratada, discriminada atestada pelo contratante, cumpridas as demais exigências constantes no Edital.

6.2 O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o pagamento se o fornecimento do(s) bem(s), ou a documentação apresentada estiver em desacordo com o previsto neste Edital, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste Edital.

6.3 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas á regularidade fiscal (Decreto nº 43.626, de 17 de fevereiro de 2005).

6.4 A protocolização Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da **CONTRATADA**;

6.5 O pagamento relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês será efetuado proporcionalmente ao número de dias contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

6.6 O pagamento será efetuado por serviço, efetivamente prestado e aceito.

6.7 É condição para o pagamento da nota fiscal/fatura, a apresentação de prova de regularidade com o FGTS e com o INSS devidamente atualizados.

6.8. Somente serão aceitas, para fins de pagamento, contas-correntes vinculadas ao CNPJ do vencedor do certame.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1 Vencido o prazo de que trata o subitem anterior, sem que tenha ocorrido o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, entre a data prevista e a efetiva do pagamento, de acordo com a variação "pro-rata die" do IGP-M.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

8.1 Os serviços terão início no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do recebimento da autorização para início dos serviços e deverão ser entregues devidamente ativos e operacionais em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, de acordo com o Edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

8.2 A autorização somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

8.3 O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses a contar do início da prestação do serviço, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe o art. 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93 e legislação pertinente.

8.4 Nos casos em que não for efetivada a prorrogação prevista no parágrafo anterior, a mesma deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando ainda, a contratada obrigada a prestar os serviços nas mesmas condições estipuladas no contrato por 60 (sessenta) dias após o vencimento do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 A **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade ----- nº -----, prevista no art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor de R\$----- (-----), do -----, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 Executados os serviços e estando os mesmos de acordo com o previsto no Edital de licitação, na proposta, nas cláusulas contratuais e ainda observando a legislação em vigor, serão recebidos pelo **CONTRATANTE**, mediante atestado do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**11.1 Dos Direitos**

11.1.1 do CONTRATANTE: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

11.1.2 da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Das Obrigações**11.2.1 do CONTRATANTE:**

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) fiscalizar a execução deste contrato, e
- c) dar a **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

11.2.2 da CONTRATADA:

- a) prestar o serviço de acordo com as especificações do Edital de licitação;
- b) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- c) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;
- f) apresentar durante a execução do contrato se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação em especial encargos sociais, trabalhistas, tributários, fiscais e comerciais;
- g) responder, diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e legislação social, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- i) a inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, e comerciais, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- j) permitir a **CONTRATANTE** a fiscalização, a vistoria dos serviços, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
- l) apresentar junto com a fatura (nota Fiscal), para instruir o processo administrativo de pagamento, cópia do documento comprobatório de seu cadastro no município correspondente, a identificação do serviço prestado, os itens que compõem a base de cálculo e a respectiva alíquota incidente, ou, ainda, a comprovação de que é imune, isento, ou que se reveste de característica especial de contribuinte em que fica dispensada a retenção de ISSQN, conforme esta previsto na Lei Complementar Federal nº 116/2003, em Lei Municipal Especial e na Instrução Normativa da 01/CAGE/RS/2011;
- m) Fornecer filtro solar aos funcionários conforme está previsto na Lei Estadual 13.852, de 21 de dezembro de 2011; e
- n) cumprir integralmente as exigências constantes no **Anexo III do Edital**.

244
★**CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único – A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 As seguintes sanções poderão ser aplicadas ao contratado sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Estadual:

14.1.1 advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja incorrido, a critério da **CONTRATANTE**, mediante justificativa;

14.1.2 penalidade de multa, que será aplicada nos seguintes casos e proporções:

14.1.2.1 de **10 %** do valor total contratado pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

14.1.2.2 de **10 %** do valor total contratado nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado; e

14.1.2.3 de **0,5 %** do valor total contratado por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a conclusão do serviço até o limite máximo de **10%** (dez por cento) do valor da obrigação.

14.1.3 impedimento do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual por período de até **05 (cinco) anos** nos seguintes casos:

14.1.3.1 cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

14.1.3.2 cometimento reiterado de faltas na sua execução;

14.1.3.3 desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.3.4 apresentação de documentos falsos ou falsificados;

14.1.3.5 cometimento reiterado de falhas ou fraudes na execução do contrato;

14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Estadual nº 42.250 de 19 de maio de 2003.

14.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, garantida a defesa prévia e o contraditório;

14.3 Das penalidades de que tratam os subitens "14.1.1" a "14.1.4" cabe recurso ou pedido de representação, conforme o caso;

14.4 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

14.5 As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pela **CONTRATANTE**, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da intimação, podendo a **CONTRATANTE** descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;

14.6 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA

15.1 O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

245
***CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

16.2 É considerada parte integrante deste contrato o Edital que lhe deu origem e a proposta da licitante contratada.

16.3 E, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, _____ de 2014.

CONTRATANTE**CONTRATADO**

246
*

ANEXO II
DADOS DO PROPONENTE PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO

RAZÃO SOCIAL:**CNPJ/MF:****INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ENDEREÇO:****CEP:****TELEFONE:****CORREIO ELETRÔNICO:****PESSOA PARA CONTATO:****NOME DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:****NACIONALIDADE:****ESTADO CIVIL:****RG:****CPF:**

247
✱**ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA****FAMÍLIA: 112**

LOTE 01: Contratação de empresa do ramo especializada na prestação de serviço denominado DDG 0800, conforme especificações relacionadas abaixo:

1 - OBJETO:

Contratação de empresa do ramo especializada na prestação de serviço telefônico de Discagem Direta Gratuita – DDG, na modalidade 0800, no sistema de tarifação reversa, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes deste termo de referência., devendo-se considerar o estabelecimento de preço por minuto, conforme tabela de preço e quantidade estimada de utilização do serviço, com a previsão de utilização do serviço de URA (Unidade de Resposta Audível), com fornecimento, manutenção e configurações, incluindo-se hardwares e softwares que se fizerem necessários.

2 - MOTIVAÇÃO (JUSTIFICATIVA):

A presente contratação se faz necessária para disponibilizar serviço de Atendimento Digital, através de telefone 0800, aos servidores públicos das instituições vinculadas a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (Polícia Militar, Polícia Civil, SUSEPE e IGP), e também promover o acesso da sociedade do a serviços gratuitos, através de ligação telefônica.

Além dos serviços já estabelecidos através de telefone 0800, frequentemente, órgãos da secretaria da segurança pública solicitam estabelecimento de um canal gratuito, através de serviço 0800, para permitir contato da população sem que sejam oneradas as ligações dos cidadãos.

Portanto, a contratação deverá atender aos serviços já estabelecidos pela Secretaria da Segurança Pública, listados a seguir, mas também permitir, caso assim solicitar a Administração, a criação de um novo serviço 0800, através de preço pré-estabelecido, denominado na tabela de valores como "Valor para configuração de novo serviço de URA".

3 - SERVIÇOS ESTABELECIDOS QUE DEVERÃO SER MANTIDOS:

3.1 - Atendimento Operacional – 0800.6420.190 – Fornece informações dos bancos de dados da segurança pública aos servidores públicos das vinculadas (BM, PC, IGP, SUSEPE e DETRAN), devidamente cadastrados, mediante conexão com servidores da PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2 - Disque-denúncias do Território de Paz – 0800.6423.456, é um serviço que oportuniza um canal direto e democrático das comunidades assistidas pela Política de Pública de Segurança Pública implementadas pela SSP nestes territórios.

3.3 - Serviço DDG da ouvidoria da SSP - 0800.6465.432, é um canal de comunicação direta da sociedade com a ouvidoria da SSP, a qual recebe denúncias, reclamações ou sugestões da sociedade sobre a prestação dos serviços na área de segurança. Tratando-se de denúncias, estas são encaminhadas às corregedorias das instituições, objetivando a apuração necessária e seus desdobramentos.

3.4 - Serviço DDG do IGP – 0800.6426.122, é um serviço utilizado pelo cidadão para consultar (acompanhar) a situação de sua carteira de identidade antes de ir aos postos de identificação. Também é utilizado para solicitação de nova recoleta datiloscópica caso tenha ocorrido algum problema pós-atendimento. Este serviço complementa os serviços online (acompanhamento do andamento da emissão de carteiras de identidade), e foi criado com a finalidade de atender ao cidadão que não possui acesso à internet. Foi desenvolvido visando atender a população carente

248
*

que necessita ter acesso ao serviço evitando que o cidadão se desloque até um posto de identificação.

4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Contratação de empresa para a prestação de serviços denominados DDG – 0800 (Discagem Direta Gratuita), no sistema de tarifação reversa, em valores por minuto (com cobertura 100% nacional com volume de tráfego estimado de 30.000 (trinta mil) minutos por mês, a ser implantado em acesso a ser definido pela Secretaria da Segurança Pública, com o primeiro atendimento em URA (Unidade de resposta Audível) e encaminhamento de acordo com a escolha da SSP/RS, instalado no prédio Dr. José Fernando Cirne Lima Eichenberg, sito à Rua Voluntários da Pátria, 1358, Porto Alegre – RS.

O serviço DDG 0800 contratado deverá possibilitar a escolha de um único número nacional para atendimento dos serviços de atendimento prestados ou a serem criados pela SSP: (Ouvidoria da SSP, Consultas Operacionais (DCCI), Disque-denúncias do Território de Paz e serviços do IGP).

Caso a empresa vencedora seja concessionária de serviço público de telefonia, deverá implementar acesso dedicado para fornecimento da solução desejada entre a sua rede e o PABX da SSP/RS, que utiliza central telefônica marca Aastra, modelo MXOne, visando com isto evitar o congestionamento com o tráfego telefônico convencional.

Deverá ser fornecida solução de atendimento por URA (unidade de resposta audível), visando à seleção do serviço desejado, ou seja, Atendimento Operacional, Ouvidoria ou outros. O atendimento pela URA deverá possibilitar a identificação do consultante no módulo de acesso às Consultas Operacionais, devendo gerar registro de ligação e demais dados (número de origem, data, tempo de chamada, etc.), visando propiciar controle e auditoria de acessos.

Ficará a cargo da empresa vencedora o desenvolvimento de interface entre o atendimento da URA, no módulo de Atendimento Operacional, e os bancos de dados da SSP/RS, sendo que a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, colaborará nesta conexão.

As mensagens de voz serão gravadas e fornecidas pela SSP-RS.

O serviço a ser prestado deverá estar disponível na modalidade 24 horas por dia x 7 dias da semana.

A plataforma de rede da empresa vencedora não deverá permitir recepção de ligações internacionais (DDI).

As chamadas poderão ser originadas a partir de telefones fixos e móveis.

A SSP efetuará pagamento das ligações efetuadas, de acordo com o degrau tarifário, por minuto, entre a localidade de origem e a de destino final da chamada, fazendo jus aos descontos progressivos, conforme o tempo de utilização do serviço, separadamente para ligações locais e interurbanas, provenientes de telefones fixos e móveis.

As faturas apresentadas mensalmente devem as chamadas agrupadas por tipo de ligação (telefone fixo e móvel), detalhando, pelo menos, localidade, número do telefone de origem, duração da chamada e valor total e por minuto, e a taxa pelo serviço mensal da URA.

Requer-se da empresa vencedora dois tipos de relatórios mensais, entregues digitalmente:

a) O primeiro, sobre medição de tráfego, contendo quantidade de chamadas completadas e não completadas e tempo médio de duração das chamadas completadas.

b) O segundo, discriminando, no período solicitado, as ligações recebidas, sua origem (localidade e número de telefone), a duração da chamada e o valor.

A empresa vencedora será responsável pelo fornecimento e pela manutenção em funcionamento dos números 0800, incluindo-se hardwares, softwares e configurações necessárias para tal.

Deverá ocorrer a portabilidade dos atuais números de 0800 em uso pela SSP-RS.

5 - NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA: SERVICE LEVEL AGREEMENT):

A empresa vencedora deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha no serviço de 0800 bem como nos componentes ou equipamentos de sua responsabilidade;

249
*

Após a contratação, a empresa vencedora deverá disponibilizar um número telefônico exclusivo para o atendimento de solicitações de manutenção dos serviços contratados, o funcionamento deste deve ser ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive finais de semana e feriados;

Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 98,5% do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 06 (seis) horas, a contar da hora de realização da chamada técnica pela SSP-RS;

Se o incidente ultrapassar às 06 (seis) horas definidas ou e se o mesmo não for solucionado até 24 (vinte e quatro) horas, a empresa vencedora se comprometerá em conceder na fatura mensal do mês subsequente um desconto de 10% (dez por cento) referente ao valor da fatura do serviço afetado;

Se o incidente ultrapassar às 24 (vinte e quatro) horas e se o mesmo não for solucionado até 48 (quarenta e oito) horas, a empresa vencedora se comprometerá em conceder na fatura mensal do mês subsequente um desconto de 20% (vinte por cento) referente ao valor da fatura do serviço afetado;

Caso o incidente exceda às 48 (quarenta e oito) horas, a empresa vencedora se comprometerá em conceder na fatura mensal do mês subsequente um desconto de 30% (trinta por cento) referente ao valor da fatura do serviço afetado, e também concederá a SSP-RS a possibilidade de rescisão contratual unilateralmente.

6 - ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa vencedora deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica em seu nome, contendo declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de 01 (um) ou mais clientes, atestando a qualidade dos serviços oferecidos, de acordo com o objeto que está sendo licitado.

7 - PRAZO DE ENTREGA, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

O prazo de fornecimento do serviço, devidamente ativo e operacional, deverá ser de até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de início das atividades ou da autorização de fornecimento, sendo os serviços efetuados em Porto Alegre, na Rua Voluntários da Pátria, nº 1358, Divisão de Telecomunicações do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria da Segurança Pública.

8 - VISITA TÉCNICA

A empresa interessada em participar do presente certame licitatório deverá efetuar visita técnica ao local onde será realizada a prestação dos serviços relacionados ao objeto deste Edital.

O prazo limite para agendar a visita técnica será de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas.

Da visita técnica resultará o fornecimento de um Atestado de Visita, o qual comprovará que a empresa tem pleno conhecimento das características da área onde serão realizados os serviços objetos do certame.

9 - RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO, TELEFONE E E-MAIL:

Arthur Hermes Reguse, (51) 3288.5101, arthur@ssp.rs.gov.br.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

As alterações de características técnicas das características de conectividade ou de outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da empresa vencedora deverão ser efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação da SSP-RS.

260
*

A alteração de endereço deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da solicitação.

Ao término do contrato, a empresa vencedora prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

A SSP-RS se reserva o direito de realizar as diligências necessárias para comprovação das informações e documentos apresentados pela empresa vencedora, bem como para garantir a boa execução do contrato.

Todos os equipamentos, softwares e acessórios necessários à implementação do serviço contratado deverão ser fornecidos juntamente com a solução.

251
*

ANEXO IV

TABELA DE PREÇO E QUANTIDADE ESTIMADA DE UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO:

Item	Descrição	Tipo de Ligação	Unidade	Horário Normal	Valor por minuto	Qtde. Mensal Estimada	Valor Mensal
1.	Tráfego de Chamadas Locais	1.1 Fixo/fixo	Minuto	Normal		05.000	
		1.2 Móvel/fixo	Minuto	Normal		15.000	
2.	Tráfego de Chamadas Regionais/Intra-Regionais	1.1 Fixo/fixo	Minuto	Normal		03.000	
		1.2 Móvel/fixo	Minuto	Normal		08.000	
3.	Serviço Mensal da URA						
4.	Valor Mensal do número universal 0800						
5.	Valor Mensal Facilidade 0800						
6.	Valor para configuração de novo serviço de URA						
TOTAL							

252
#**ANEXO V****ATESTADO DE VISITA**

Atestamos que a empresa _____, por intermédio do seu representante Sr.(a) _____, CPF _____, visitou o local onde será realizado prestação de serviços, a ser executado no _____, compreendendo uma carga horária de --- (-----)hs/semanais, conforme especificado no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/GELIC/2014** e todos os seus Anexos.

(localidade), RS de de 2014.

OBSERVAÇÃO:

LOCAL: Rua Voluntários da Pátria, nº 1358, 7º andar, Divisão de Telecomunicações do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria da Segurança Pública – horário das 09:00 às 11:00 e das 13:30 às 17:30 de Segunda a Sexta feira.

RESPONSÁVEL: Arthur Hermes Reguse, telefone: (51) 3288.5101, e-mail: arthur@ssp.rs.gov.br.

VISITA: O prazo limite para agendar a visita solicitada no subitem 7.12 do Edital, será de até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura das propostas.